

Juizado

16-4-75

Convocação de suplentes já preocupa líderes políticos

Brasília — Dirigentes dos dois Partidos não escondem o receio pela repercussão negativa que poderá acarretar para o Parlamento a aprovação de emenda constitucional, "sem as devidas cautelas", sugerindo o restabelecimento da antiga prática de se convocar o suplente de deputado ou senador, na hipótese do afastamento do titular, "em licença para tratamento de saúde por período superior a 90 dias."

O projeto de emenda à Constituição, alterando o art. 36, foi apresentado há dias pelo Senador José Esteves (Arena-AM), com o apoio de 30 outros senadores dos dois Partidos, inclusive dos vice-líderes Jarbas Passarinho e José Lindoso (Arena) e Mauro Benevides e Roberto Saturnino (MDB). A Comissão Mista foi instalada, com a eleição do Deputado Jairo Brum (MDB-RS) para presidente e indicação do Deputado

Parente Frota (Arena-ES) para relator.

Antes da reforma constitucional de 67 era comum no Congresso a prática do "acordo da licença", pelo qual o titular pedia licença para tratamento de saúde, permitindo a convocação do suplente, que abria mão, salvo exceções, de parte dos subsídios, que continuava sendo percebido pelo parlamentar licenciado. Devido aos abusos ocorridos, a Constituição de 67 tentou corrigir a irregularidade, só permitindo a convocação de suplente no caso de licença do titular por mais de quatro meses.

A Constituição de 69, contudo, só permite a convocação de suplente no caso de vaga, investidura na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital — eliminando a possibilidade da licença para tratamento de saúde.

O Senador José Esteves,

na justificativa da emenda que apresentou, disse que o principal objetivo é o de "evitar desfalque na representação partidária, determinado pelo afastamento do parlamentar para tratamento de saúde", observando que pela falta de um voto "pode-se perder uma votação inteira." Sugeriu, ainda, a convocação de suplente se o parlamentar for nomeado Governador do Distrito Federal.

O Governador Aureliano Chaves disse ontem que, "estabelecidas as regras do jogo, elas devem ser respeitadas", ao admitir a possibilidade de conquista do Poder pelo MDB "pois nisto sou muito claro."

Na opinião do Governador mineiro o problema da reformulação do quadro partidário deve ser estudado com muito cuidado. Pessoalmente, o Governador Aureliano Chaves acha que o bipartidarismo não perdeu a sua validade.